

A Trilogia D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II

*Paulo Napoleão Nogueira da Silva **

Resumo: Artigo extraído de texto da palestra proferida pelo autor no IGHMB. Seu tema diz respeito ao Rei D. João VI e aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, à atuação de cada um deles no contexto da formação e da consolidação do Brasil como Estado soberano, destacando a continuidade de suas ações na direção dos assuntos públicos durante o período compreendido entre os anos de 1808 e 1889.

Palavras-chave: D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II.

Como alguém de autoridade no assunto já disse que a História depende de quem a relate, não vamos aqui colocar opiniões pessoais, mas apenas fatos históricos, deixando o julgamento aos que nos lêem. Nesse contexto, inclui-se também a cautela de não compactuar com alguns mitos que, à custa de repetição estereotipada, alçaram-se à categoria de verdades.

A propósito dessa última consideração, não parece demasiado observar que a historiografia brasileira baseia-se em diversas falácias, e a primeira delas refere-se ao próprio Descobrimento por Cabral, em 1500.

Na verdade, é certo que, já na década de 1480, havia diversos portugueses sediados no Brasil, inclusive o famoso “Bacharel de Cananéia”. Este, tendo chegado à praia nessa região, hoje limítrofe entre São Paulo e Paraná, conseguiu entender-se bem com o cacique local, chefe de cerca de duzentos mil índios. O cacique, dando-se conta dos conhecimentos e da utilidade do estranho recém-chegado pediu-lhe que não fosse mais embora; e para convencê-lo, desde logo lhe deu por esposas nada menos do que 12 de suas filhas! O português permaneceu lá até morrer; atuava como uma espécie de lugar-tenente do cacique.

Acrescente-se que, ainda na década de 1480 – antes de 1490, portanto – Diogo Pacheco Pereira fez duas viagens ao Brasil.

* Professor Doutor.

a mando do rei D. João II, para proceder a levantamentos diversos.

Cabral, que não era almirante, mas um bom general nas batalhas terrestres do Norte da África, veio apenas para tomar posse oficial do território, em nome da Coroa portuguesa. E por que só em 1500? Porque as disputas entre Portugal e Espanha ainda não haviam sido solucionadas sobre novas terras que viessem a ser descobertas, o Tratado de Tordesilhas ainda não havia sido assinado, e por isso o astuto Dom João II – considerado o maior homem de Estado do seu tempo – mantinha a existência do Brasil como segredo de Estado.

Apesar de tudo, a historiografia afirma ter sido o Brasil descoberto por Cabral em 1500, o que é uma das falácias antes mencionadas. Mas, não se deve perder de vista a opinião abalizada do Almirante Max Justo Guedes, segundo quem não importa se Cabral foi ou não o primeiro; o importante é que ele “fundou” oficialmente o Brasil!

Outra falácia da historiografia, para ficarmos apenas em mais uma, é a da Inconfidência Mineira. Evidentemente, uma conspiração integrada por um Capitão-Mor (mais tarde denominado Governador de Província), um coronel, dois tenentes-coronéis, vários capitães, um bispo, três desembargadores, e várias outras autoridades institucionais não poderia ter sido chefiada por um alferes (suboficial).

Por isso mesmo, aliás, é que Tiradentes foi o único executado. De longa data no Brasil, sempre a punição – do “bode expiatório” – é reservada aos menos importantes, e o seu papel era apenas o de correio entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, tanto

que os pedaços do seu corpo foram exibidos ao longo dessa estrada.

Os hoje chamados “peixes graúdos”, os mentores da conspiração, foram absolvidos ou condenados ao degredo na África. Cumprido o prazo, diversos voltaram ao Brasil. Um deles chegou a ser deputado à Assembléia Geral; outros, fizeram fortuna em Angola ou Guiné e não quiseram regressar. Apesar de todas essas evidências, que são fatos comprovados, a historiografia entronizou Tiradentes como chefe da Inconfidência.

Acrescente-se, aliás, que sua execução aconteceu contra a vontade da rainha D. Maria I que, ainda não acometida pela loucura – os historiadores modernos apontam-na como excelente governante, antes da demência –, enviou carta aos desembargadores que julgavam o caso dizendo-lhes que agissem segundo suas consciências, mas que não queria penas de morte. No entanto, como para o contexto português no Brasil era preciso um “culpado”, o Vice-Rei Marquês de Rezende não deu conhecimento da carta real aos desembargadores.

Retornando agora ao nosso tema central, à parte a historiografia e mantendo-nos fiéis aos registros históricos, Dom João VI empreendeu obra de estadista no Brasil. Antes de aqui chegar, o então regente só tinha conhecimento do País através dos relatórios dos vice-reis. Mas, ao deparar *in loco* com a realidade brasileira, toda a sua ótica mudou: ainda na Bahia, abriu os portos aos navios de todas as nações amigas, o que jogou por terra o monopólio português no comércio; e mais, criou a

primeira fábrica de vidro, a primeira companhia de seguros para o transporte marítimo, a primeira Escola de Medicina e Cirurgia, e mandou abrir uma estrada que ligasse Salvador ao Rio de Janeiro. Ainda determinou o reaparelhamento das fortalezas existentes, a instalação de outras, assim como a criação de novas unidades da tropa de linha.

Já no Rio de Janeiro, suas criações e realizações foram tantas que seria ocioso e difícil enumerá-las todas. Mas, destacam-se a Real Academia Militar, precursora da AMAN, as Polícias Militares, o Corpo de Bombeiros, a Intendência Geral de Polícia e os diversos hospitais militares. Além de tudo, criou o Exército Brasileiro e o Ministério da Marinha.

É certo que o Exército já existia desde a famosa batalha de Guararapes, que determinou a expulsão dos holandeses, mas não era ainda uma instituição nacional e permanente. Foi Dom João quem lhe atribuiu essa qualidade, e assim também o fez com a Marinha, ao criar o respectivo Ministério.

Ainda no campo da saúde pública, criou a quarentena para navios vindos do exterior; os hospitais e recolhimentos para leprosos; diversos hospitais militares; determinou o saneamento de mangues e o ajardinamento de ruas e praças, sempre com muita água, fontes ou chafarizes. Fundou a segunda Escola de Medicina e Cirurgia. Estabeleceu pessoalmente a dieta e o tratamento dos internados em hospitais civis, seu comportamento e o dos médicos e enfermeiros, além de outras providências. E mais, criou os laboratórios químico-vacínicos.

No campo das artes e ciências, criou os atuais Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Conservatório Nacional de Música, Escola Nacional de Belas Artes, e patrocinou permanentemente a vinda de companhias teatrais européias. Além disso, mandou vir o maestro Neukomm e os *frascatti*; e adaptou a Capela Real com um palco para apresentações musicais; estimulou a concorrência pessoal entre Neukomm e o maestro Marcos Portugal, o que desenvolveu o gosto pela música. Trouxe ao Brasil escultores, pintores, gravadores, cinzeladores e outros artistas, todos de renome e subsidiados por contrato pelo Real Erário.

A instrução não mereceu menor atenção do príncipe bragantino: mandou abrir em todo o País o ensino do português, do latim e do inglês, e mandou vir professores europeus para formarem professores brasileiros, que ensinassem a alunos brasileiros.

No que respeita à Administração Pública, inicie-se por lembrar que D. João mandou abrir as estradas que ligaram Cuiabá a Belém, Cuiabá a Vitória, Vitória a São Paulo, e São Paulo a Rio Grande, inclusive aproveitando as hidrovias. Criou o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Imprensa Régia – com a qual estimulava a edição de livros que mostrassem o Brasil no exterior – e a Junta Governativa, que mais tarde seria transformada em SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, hoje rebatizada como Banco Central do Brasil.

Na verdade, cumpre dizer que toda a Administração Pública brasileira da atualidade está pautada nos princípios gerais estabelecidos por esse monarca; e estabele-

cidos de próprio punho, inclusive com previsão de cargos e de salários: as denominações mudaram, também os salários e funções, mas não se modificou a ótica que norteia a estruturação.

Enfim, seria fastidioso continuar a enumerar a obra de D. João VI. Sem ser preciso lembrar que toda a Campanha da Guiana – inclusive com os nomes dos comandantes – foi traçada por ele próprio, assim como as disposições para a ocupação da Banda Oriental do Prata, mais tarde Uruguai.

Em síntese, em exíguos 13 anos de permanência no Brasil, esse rei lançou as bases do Estado Nacional brasileiro e fez florescer o sentimento de nacionalidade brasileira. Por isso, aliás, até hoje é visto com reservas em Portugal. E também por isso, até o fim do Império ainda se usava – com conotação positiva – a expressão “no tempo do Rei”. Aliás, nem foi por outra razão que 130 anos depois de sua volta a Portugal esse monarca ainda foi lembrado num famoso samba de carnaval (*A Lapa*) gravado por Francisco Alves.

Quanto à escravidão, foram tantas as providências de D. João VI para terminá-la e, no mínimo, atenuá-la, que mereceu do Imperador da Áustria uma carta elogiosa e agradecida – pode ser encontrada no Arquivo Nacional – dizendo que ele se tornara credor da gratidão dos povos.

Entretanto, o rei também deixou marca em outros campos: isentou de impostos as pequenas propriedades rurais e, do serviço militar, os lavradores; mandou demarcar terras de lavoura para os índios, estimulou o plantio do chá, a criação do

bicho-da-seda, e diversas outras providências destinadas à agricultura, e, em boa medida, ao que contemporaneamente se denomina agronegócio.

Homem extremamente simples, também teve suas atenções voltadas para as coisas simples e essenciais da natureza, o meio ambiente. Mandou navios à África e à Índia – voltaram abarrotados – para trazerem mudas de plantas e árvores que aqui não existiam, e fundou o atual Jardim Botânico para cultivá-las. Esse primeiro Jardim Botânico foi a semente para tantos outros que existem por todo o País.

De pleno acordo com sua nora Dona Leopoldina, que era botânica, D. João VI desapropriou as fazendas de café que haviam devastado a floresta da Tijuca e mandou replantá-la integralmente com suas espécies nativas.

Depois de D. João VI veio Pedro I, que pôde fundar um novo Estado soberano porque encontrou pronta sua estrutura política, cultural e administrativa. No entanto, em todo o seu reinado procurou alargar o alcance dessa estrutura. Sendo o Rio de Janeiro o centro do qual emanava a vida do Império, e também ele um homem simples como o pai – além disso, cômico das nossas limitações – não tinha pejo em, nas horas vagas, entrar numa repartição pública para ensinar os amanuenses a preencher uma guia, lavrar uma certidão, e tarefas desse tipo.

Pedro I produziu a mais severa lei que o Brasil conheceu contra a corrupção: as penas variavam de cinco a vinte anos de reclusão, sem *sursis*, sempre com confisco

de bens e, após o integral cumprimento, a proibição de contrair empréstimos bancários e de residir a menos de sessenta léguas da capital.

O primeiro Imperador se ateve pouco a novas criações voltadas à instrução e ao ensino primário, mas criou os cursos jurídicos e debateu, pessoalmente, com o Visconde da Cachoeira, Secretário de Estado, sua estrutura, disciplinas a serem incluídas, duração e formas de avaliação. Inclusive, pediu ao Visconde que incluísse no Regulamento dos cursos (foi o art. 9º) a exigência de que os professores teriam de ser lentes, os doutores de hoje. E como o Secretário de Estado retrucasse que não tínhamos lentes, assegurou: “Não faz mal, os cursos levam quase dois anos para serem instalados; o senhor procure dez ou quinze entre os melhores bacharéis que temos, e vamos mandá-los para a Europa, por conta do Estado, para obterem o grau.”

Quanto à escravidão, apesar de pouco poder fazer, já que a economia estava baseada nesse elemento, promulgou leis severas de combate ao tráfico. Mas estas, infelizmente, eram burladas pelos interessados e pelos próprios agentes da aduana.

No que respeita ao ambientalismo, com certeza também influenciado por Dona Leopoldina, Pedro I foi inflexível na conservação da floresta da Tijuca.

Acrescente-se, o Imperador agilizou operacionalmente e de forma expressiva o funcionamento das instituições criadas por D. João VI, o que foi fundamental para a consolidação do Estado brasileiro. Na sua clássica *História do Brasil*, o inglês John Armitage, que viveu muitos anos no Rio

de Janeiro diria, em 1841, que durante os nove anos do reinado de Pedro I o Brasil crescera mais do que nos trezentos anos anteriores.

Finalmente, chegou a hora de Pedro II. No início, apalpando e deixando-se levar pela influência do Visconde de Sepetiba, já aos 22 anos assumiria efetivamente a condução máxima do Estado, o que hoje se denomina Chefia do Estado. A partir da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847, ficou livre dos problemas da execução de providências governamentais, e dedicou-se quase que integralmente à tarefa de nortear os rumos dos sucessivos governos.

O então jovem Imperador tinha condições para fazer isso, porque fora, desde os 5 anos, preparado exaustivamente pelos seus dois tutores – primeiro José Bonifácio, depois o Marquês de Itanhaém – e pelos professores por estes escolhidos. Ficou célebre a habitual frase com a qual se despedia das reuniões do Conselho de Estado, e muitas vezes do Conselho de Ministros: “Bem, dei minha opinião, agora é com vocês que são o governo.”

O pioneirismo de D. João VI nas artes e nas ciências, Pedro II o teve de acordo com o seu tempo. Se o avô trouxe para o País professores, artistas e cientistas, ele fez o mesmo em sentido contrário: mandou estudar no exterior pintores, escultores e compositores, como Almeida Júnior, Pedro Américo, Rodolfo Bernardelli, Carlos Gomes, e muitos mais. Igualmente o fez com gênios da lingüística, da física e de outras disciplinas, como João Gomes de Souza e outros.

Na senda modernista do avô, trouxe para o Brasil o telefone, a fotografia, o cabo submarino, as estradas de ferro, a iluminação pública moderna, e manteve rigidamente o controle das contas públicas – na Guerra do Paraguai, providenciou para que o nosso próprio Arsenal de Marinha construísse navios para a Armada.

Como o pai, Pedro II batalhou incansavelmente pela agilização das estruturas administrativas do País, e contra a corrupção de qualquer espécie. Quando escrevia o nome de alguém com o seu famoso lápis azul – que os políticos chamavam de “lápis fatídico” – já se sabia que essa pessoa estava excluída de qualquer cargo público.

O famoso romancista José de Alencar, autor de obras clássicas como *Iracema*, não conseguiu ser senador. Apesar de primeiro colocado na lista dos mais votados, Pedro II recusou-se a nomeá-lo, em virtude de notória fraude eleitoral que praticara e da qual se valera para ocupar a cabeça da lista.

No que respeita à escravidão, lutou tenazmente para extingui-la. Logo após sua coroação, tomou empréstimo no Banco do Brasil para comprar e em seguida alforriar todos os escravos pertencentes à Coroa. Depois, sempre a coberto da Constituição e da Lei, lutou junto à Assembléia Geral para aprovar as denominadas Lei Eusébio de Queiroz, que acabou definitivamente com o tráfico, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários.

Quanto ao meio ambiente, também Pedro II seguiu as pegadas do pai e do avô. Em última análise, a única herança que o pai lhe deixara eram as imensas terras da

Fazenda do Córrego Seco, que o então ainda Príncipe Regente do Brasil comprara numa de suas viagens a São Paulo, maravilhado que ficara com a vegetação luxuriante e paradisíaca existente no local.

Pedro II resolveu fundar com a herança a cidade de Petrópolis. Encarregou o major Frederico Köeller de elaborar e executar todo o projeto urbanístico, mas colocou parâmetros ambientalistas, tais como as espécies de árvores que podiam ou não ser abatidas, qual o diâmetro máximo dos caules, e outras disposições, inclusive determinando que os lotes a serem transferidos aos interessados teriam que ir até o topo dos morros, para impedir eventual pletoira de construções inadequadas – porque a região é acidentada –, e também determinou as condições de utilização dos córregos.

Apesar da situação de degradação que a periferia da cidade de Petrópolis sofre na atualidade, sobretudo em virtude do crescimento demográfico e da baixa renda que grassa nas populações brasileiras, tais disposições ainda impedem que o pior aconteça em termos ambientais e urbanísticos. E, nas florestas da região, que se incluem na herança do Córrego Seco, a preservação continua até hoje como uma realidade. Invasões de sem-terra e desmatamentos jamais ultrapassaram a casa dos 0,002% de sua área.

Naturalmente, esses três monarcas não foram perfeitos, ninguém o é. Mas, houve uma seqüência na sua atuação, o que a rotatividade republicana dificilmente pode proporcionar. Os três reinados – 1808-1821, 1822-1831 e 1840-1889 – se complementaram. Na verdade, eles formaram uma es-

pécie de trilogia seqüencial, nunca mais vista no Brasil. Além de tudo, sua atuação ainda se faz presente na atualidade.

De D. João, além de no Banco do Brasil, na Casa da Moeda e outras instituições, pode-se constatar que está presente em diversas construções do denominado centro velho do Rio de Janeiro: na Bica da Rainha, Cosme Velho – hoje infelizmente abandonada – e em inúmeros monumentos públicos da antiga capital do País. Há até quem afirme – inclusive seu tetraneto, o príncipe D. Pedro Gastão – que de sua preferência gastronômica derivaram os restaurantes denominados “frango assado”, “galeto” etc.

Dom Pedro I continua com sua presença proliferada nas centenas de cursos jurídicos hoje existentes no País. E mais – embora o comum das pessoas não o saiba – no sentimento geral que hoje interessa à sociedade brasileira, de combate à corrupção no Poder Público.

A presença de Pedro II segue marcante, igualmente, quanto ao combate à corrupção. Mas, também na denominada modernidade, na conquista de novos avanços da ciência e da cultura em geral, em que brasileiros vêm se destacando a nível internacional e, bem assim, no campo social.

Quanto ao segundo Imperador, ainda cumpre lembrar as páginas do ano de 1861, do seu *Diário*, nas quais registrou que precisava convencer os ministros a não abrirem a navegação do Rio Amazonas aos navios norte-americanos, sob pena de virmos a perder a soberania sobre o Pará. Não conseguiu convencer os ministros, mas suas palavras foram verdadeiramente proféticas, em face dos riscos e ameaças que hoje en-

volvem a Amazônia: com confirmações aqui e negativas ali, parece certo que essa região é alvo da cobiça internacional.

A ONU já aprovou três Resoluções – apoiadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – que permitem a invasão de territórios nos quais haja desmatamento, problemas para a proteção de comunidades indígenas e narcotráfico: tudo caindo como luva à Amazônia brasileira. E, não é possível deixar de considerar, o Brasil tem a água que escasseia no mundo, e com os orçamentos verdadeiramente indigentes de que dispõem nossas Forças Armadas – que, com eles, fazem milagres – seria muito improvável resistir militar e convencionalmente ao assalto internacional. Por isso, a par de haver aumentado substancialmente seus efetivos na região, as Forças Armadas vêm ministrando, aos alunos das suas escolas avançadas, cursos de “guerra de resistência” a “guerra de guerrilha”, em boa parte com base nas lições do General vietnamita Nguyen Giap.

Assim, a visão de Pedro II lançada no seu *Diário* de 1861 é mais atual do que à época em que foi registrada. Trata-se, reitera-se, de visão profética.

Os três monarcas ainda tiveram antevisão muito clara de um problema que na atualidade galvaniza o mundo: a preservação ambiental. Assim, por suas ações e pelos pensamentos que as inspiraram, continuam perfeitamente inseridos e presentes na realidade de nossos dias.

Essa notável continuidade de propósitos, no entanto, deixou um legado ainda maior, a unidade e integridade territorial do Brasil, pela qual os três lutaram perseverantemente.

É certo que, após seu amigo Luiz XVIII haver se consolidado no trono francês, D. João VI devolveu a Guiana, mas esta não era território brasileiro, apenas fora invadida e ocupada como represália contra Napoleão I. Apesar de tudo, é claro, houve as compensações de natureza econômica.

Igualmente, para acabar com as quereelas no Prata – o que não conseguiu, aliás, veja-se a Guerra do Paraguai quase quarenta anos depois – Pedro I concordou com a independência do Uruguai. Este, porém, tal como a Guiana Francesa, não era território brasileiro, apenas uma região-tampão com a qual seu pai procurara proteger o atual Rio Grande do Sul contra as pretensões dos “castelhanos”, os argentinos.

A luta desses três homens pela integridade territorial do Brasil foi ingente, política e militarmente quase épica: Confederação do Equador, Revolução Praieira, Sabina, Balaiada, a revolta dos muçulmanos em Salvador, Revolta Liberal em São Paulo, Guerra dos Farrapos, República de Santa Catarina, e outros transtornos à consolidação territorial, tudo foi vencido pela sua determinação e pertinácia.

Em muitos desses últimos episódios, Pedro II contou não só com sua determinação

e proficiência, mas também com a mão forte do Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, chefe militar e político que – ao meu ver – deveria ter vivido mais vinte anos do que viveu. Bastavam a sua existência e presença, o respeito que emanava de si, em que pesassem os problemas de saúde, para impedir desvios. E isto sem esquecer, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a figura ímpar do Marquês de Tamandaré.

Na verdade, não será demais frisar, houve uma continuidade de atuação baseada numa comunhão de concepções, até certo ponto lógica na ótica da dinastia, e aqui se ressalta, é necessário reconhecer essa ótica. Sem estar escrito, mas presente na orientação geral desses três monarcas, havia um projeto nacional mais ou menos permanente.

Depois de 1889, exceto durante os períodos 1930-1945 e 1964-1979, esse projeto desapareceu. Cada novo presidente imprime novos rumos políticos e administrativos ao seu mandato e, com isso, o País fica permanentemente sem decolar. Os três personagens objeto deste ensaio, como não tinham problemas político-eleitorais e administrativos, puderam seguir um rumo uniforme ao longo de oitenta e nove anos.



*“Nada é tão forte
quanto uma idéia
cujo tempo chegou.”*

Victor Hugo